

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.691.509 - RJ (2017/0200576-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : SEVERINO TAVARES DE FARIAS
ADVOGADO : SEVERINO TAVARES DE FARIAS (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - RJ178274
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração interpostos por Severino Tavares de Farias contra decisão que conheceu em parte do recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento.

Aduz o embargante que a decisão recorrida é omissa, pois há violação do art. 535 do CPC/1973 no acórdão proferido pela Corte local, uma vez que não houve manifestação sobre os pedidos dos embargos de declaração.

Afirma que não é portador de qualquer doença neurológica e que seu exame psiquiátrico atesta sua normalidade.

Sustenta que há contradição na decisão proferida pela instância ordinária, visto que o perito não afirma que os problemas de coluna do autor o incapacitaram para o serviço militar ativo.

Assevera que houve pedido de perícia médica, mas os resultados foram ignorados, porquanto não foi detectada qualquer doença incapacitante da parte requerente.

Alega ser necessária a declaração de nulidade do laudo de reforma.

É o relatório.

Os embargos de declaração, como dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

Não há qualquer omissão, obscuridade, contradição na decisão combatida.

Conforme consignado na decisão recorrida (e-STJ, fls. 828-831), não há contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

A Corte regional entendeu que o insurgente não comprovou que o seu impedimento para exercer algumas atividades tivesse alguma relação com a ausência de promoção. Concluiu, ainda, que os laudos periciais comprovam que a incapacidade do autor não ocorreu por transtorno de ansiedade, mas, sim, por doença sem causa e efeito com o serviço militar (e-STJ, fls. 716-723):

O autor não foi excluído do serviço, mas estava restrito a certas atividades. Não foi juntado qualquer documento que comprovasse que a não seleção para viagens ao exterior tenha se dado apenas em razão do fato de estar impedido de exercer atividades de mergulhador. Por outro lado, há que se ter

Superior Tribunal de Justiça

em vista que a carreira militar depende da higidez física de seu membro.

Ora se o fato de estar dispensado de certas atividades físicas possa ter gerado limitações à evolução na carreira, há que se reconhecer lógica nisso e que qualquer decisão judicial que garantisse ao autor as mesmas evoluções obtidas por quem apresentou higidez física implicaria em quebra de isonomia, princípio constitucional.

Não há que se falar em indenização pois o autor não demonstrou qualquer atividade ilícita por parte da Administração Militar.

[...]

Cabe frisar que a perícia médica foi realizada por profissional da confiança do Juízo, especialista na área de ortopedia e neurologia, o qual respondeu a todos os quesitos formulados pelas partes de maneira suficiente à correta elucidação do caso, tendo apresentado um estudo clínico minucioso e completo quanto às condições físicas do militar.

Saliente-se que o autor em momento algum indicou assistente técnico, a fim de apresentar laudo pericial alternativo, sem o qual torna-se inviável a análise de suposto desacerto nas conclusões obtidas pelo perito judicial.

[...]

Desta forma, verifica-se que os fatos que deram ensejo à incapacidade do autor para o SAM não foram decorrentes de Transtorno de Ansiedade Generalizada, mas de quadro de espondilose e degeneração especificada de disco intervertebral, sem relação de causa e efeito com o serviço castrense. (grifos acrescidos)

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

Percebe-se que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude tão somente de seu inconformismo com a decisão ora combatida, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil a inquinar tal *decisum*.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator